

O QUE É CONHECIMENTO? - UMA BREVE REVISÃO DE LITERATURA

Raquel Cardoso de Castro*
Murilo Cardoso de Castro**
João Cardoso de Castro***

RESUMO: Estamos de frente da paradoxal situação de **conhecer o que é conhecer**. Considerar o conhecimento em si seria uma abstração total. Assim, diante deste vasto universo filosófico de definições sobre o conhecimento, escolhemos duas aproximações que esclareceram nosso pensamento sobre o assunto. A primeira, a **Sociologia do Conhecimento**, tem por objetivo identificar a produção de conhecimento em condições permanentes de imersão cultural, ou seja, busca, por meio desta abordagem, entender a constituição de conhecimento, pelo meio em que se realiza a coalescência entre condições sociais dentro de uma determinada situação histórica e os sujeitos individuais e coletivos junto com os elementos culturais dessa coletividade mental, tais como religião, ciência, arte e literatura. A segunda aproximação, a **Fenomenologia**, propõe o consagrado retorno às próprias coisas, **às coisas em si**, rompendo, deste modo, com a dicotomia sujeito-objeto na constituição do conhecimento no plano do indivíduo. Entendemos assim a Fenomenologia - e por esta

* Graduada em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio; Mestre em Ciência da Informação e Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ/IBICT/MCT; Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; Doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; Pós-doutora jr. em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UERJ. Email: raquelcdecastro@gmail.com

** Graduado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; Doutor pela Université de Paris III (Sorbonne-Nouvelle); Pesquisador em Geoprocessamento e SIG da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. E-mail: murilodecastro@gmail.com

*** Graduado em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UFRJ; Mestre em Educação em Ciências e Saúde pelo Universidade do Estado do Rio de Janeiro - NUTES/UFRJ; Professor do Ensino Médio. E-mail: joaocardosodecastro@gmail.com

razão nela nos apoiamos - como uma tentativa sadia, em meio às teorias do conhecimento pessoal, de sair do seguinte impasse: “é o mundo que é absorvido pela consciência e definido por ela, ou é a consciência que é absorvida pelo mundo e definida por ele?”

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimento; Sociedade; Indivíduo; Informação; Dado; Compreensão.

WHAT IS KNOWLEDGE? - A BRIEF REVIEW OF LITERATURE

ABSTRACT: We are facing the paradoxical situation of **knowing what is known**. Consider the knowledge itself would be a total abstraction. Thus, in view of this vast universe of philosophical definitions of knowledge, we chose two approaches that have explained our thinking on the subject. The first, the **Sociology of Knowledge**, aims to identify the production of knowledge in terms of permanent cultural immersion, search through this approach, understanding the formation of knowledge, the way in which it holds a coalescence between social conditions within an specific historical situation and the subjects individual and collective with the cultural elements of community mental, such as religion, science, art and literature. The second approach, the **Phenomenology**, proposes to set their own return to things, **the things in themselves**, breaking thus the subject-object dichotomy in the constitution of knowledge in terms of the individual. We understand well the Phenomenology - and for this reason we support it - as an healthy attempt, in the midst of the personal knowledge theories, out of the following impasse: "the world is absorbed by the awareness and defined by it, or is the awareness that is absorbed by the world and defined by it?"

KEYWORDS: Knowledge; Society; Individual; Information; Data; Understanding.

INTRODUÇÃO

Como nos aponta o eminente pensador Alejandro (1969), o conhecimento é o único meio de que dispomos para explicar e compreender o que é o mundo e o ser humano, e, ao mesmo tempo é o único meio de que dispomos para nos situarmos e nos desenvolvermos no mundo. Ou seja, estamos diante da paradoxal situação de conhecer o processo e o resultado de conhecer. Como afirma Husserl, “O que se torna problemático é a possibilidade do conhecimento, ou mais exatamente a possibilidade para o conhecimento, de atingir um objeto que entretanto é em si mesmo isto que ele é” (HUSSLERL, [1970-1993], p. 47).

Considerar o conhecimento em si seria uma abstração total, seria como que arrancá-lo da realidade humana e convertê-lo em um objeto estéril de uma especulação completamente desumanizada e inútil - o que não vamos fazer. Assim, para iniciarmos nossa revisão de literatura acerca das teorias sobre conhecimento, pensamos ser importante remeter-nos à gênese do termo, na tentativa de encontrar nosso fio da meada. O termo português **conhecimento** deriva do latim *cognoscere*. Tanto o português **conhecimento** quanto o francês *connaissance*, o alemão *erkenntnis* e o inglês *knowledge* remetem, em última análise, à base indoeuropeia *gêne*, no sentido de ser mentalmente capaz, em que ser capaz define uma aptidão - no caso, mental. Tal esclarecimento nos leva ainda mais fundo neste labirinto em que enveredamos.

1.1 CONHECER, SABER, COMPREENDER E PENSAR

A palavra conhecimento em português tem dois sentidos: 1. o ato de **conhecer**, ato em que um fenômeno se apresenta, aparece ao homem; 2. o conhecimento como noção, idéia, conceito, capacidade, **saber**. Não obstante, apesar de na língua corrente conhecimento e saber serem usados indistintamente, teriam estes termos o mesmo

significado? Será que conhecer não requer um contato direto¹, exigindo uma objetividade imediata? Será que o saber não ocorreria por via indireta, exigindo inferências? Foucault parece definir o saber² como uma proposição descritiva, em oposição ao conhecimento que seria a relação com o objeto real que permitiria o saber. Assim, “ao invés de percorrer o eixo consciência – conhecimento – ciência (que não pode ser liberado do índice da subjetividade), a arqueologia percorre o eixo prática discursiva – saber – ciência” (FOUCAULT, 1995, p. 206).

Passemos agora à noção de compreensão. No prefácio de *Introduction to General Systems Thinking*, G. Weinberg (1975, p. 26) cita a seguinte frase de Sartre: “[...] achei tudo perfeitamente claro, e realmente não compreendi nada. Compreender é mudar, ir além de si mesmo. Esta leitura não me mudou [...]”.

A esse respeito, Schumacher nos faz lembrar que o nível de compreensão depende do Ser. Schumacher começa sua dissertação sobre o tema, em seu livro *A Guide for the Perplexed*, dizendo que todo mundo reconhece a importância de se ter conhecimento, mas poucos se detêm para considerar a necessidade, igualmente importante, do Ser. A maior parte das pessoas nem sequer compreende o que se

¹ Segundo a Bíblia: “Adão conheceu Eva...”

² A esse conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensáveis à constituição de uma ciência, apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar, pode-se chamar saber. Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não *status* científico (a saber, da psiquiatria, no século XIX, não é a soma do que se acreditava fosse verdadeiro; é o conjunto das condutas, das singularidades, dos desvios de que se pode falar no discurso psiquiátrico); um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso (neste sentido, o saber da medicina clínica é o conjunto das funções de observação, interrogação, decifração, registro, decisão, que podem ser exercidas pelo sujeito do discurso médico); um saber é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam (neste nível, o saber da História Natural, no século XVIII, não é a soma do que foi dito, mas sim, o conjunto dos modos e das posições segundo os quais se pode integrar ao já dito qualquer enunciado novo). Finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso (assim, o saber da Economia Política, na época clássica, não é a tese das diferentes teses sustentadas, mas o conjunto de seus pontos de articulação com outros discursos ou outras práticas que não são discursivas). Há saberes que são independentes das ciências (que não são nem seu esboço histórico nem o avesso vivido); mas não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma (FOUCAULT, 1995, p. 206).

quer dizer com a palavra “ser”, pensa que significa somente existência, mas é possível existir em muitas formas distintas, e em níveis muito diferentes. Existe, por exemplo, muita diferença entre o **ser** de uma pedra, o **ser** de uma planta e o **ser** de um homem e de outro homem. Schumacher ressalta que poucas pessoas se dão conta de que o conhecimento de um homem depende de seu **ser**. No Ocidente, acreditamos que basta um homem ter uma inteligência (seja ela emocional ou exata) para ele adquirir qualquer conhecimento que deseje e para compreender tudo que se propuser estudar; mas seu ser, isto é, sua verdadeira essência- portanto, aquilo que o sustenta - é absolutamente desconsiderado (SCHUMACHER, 1977).

Quanto ao **pensar** e ao **conhecer**, segundo a interpretação de Arendt (1995) em “A vida do espírito”, a distinção que Kant faz entre *Vernunft* e *Verstand*, **razão** e **intelecto**, coincide com a distinção entre duas atividades espirituais completamente diferentes: respectivamente o **pensar** e o **conhecer**. Assim, o conhecer seria caracterizado como uma atividade de construção do mundo. Nós temos sede de conhecimento porque temos curiosidade sobre o mundo. “A primeira e famosa afirmação da **Metafísica** de Aristóteles, ‘*Pantes anthropoi tou eidenai oregontai physei*’ – ‘Todos os homens, por sua natureza, desejam conhecer’ –, traduzida literalmente, diz o seguinte ‘Todos os homens desejam ver e ter visto [ou seja, conhecer]’” (ARENDR, 1995, p. 13).

Segundo Arendt (1995), o conhecimento estaria sempre em busca da verdade, enquanto o pensamento estaria em busca do significado, não perguntando o que uma coisa é ou se ela simplesmente existe, mas o que significa para ela ser (ARENDR, 1995). O pensamento tem a capacidade de se retirar do mundo das aparências e do sentimento de realidade,

Husserl argumentava que a suspensão [*epoché*] deste sentimento era o fundamento metodológico de sua ciência fenomenológica. Para o *ego* pensante, essa suspensão é natural; não é, de modo algum, um método especial a ser ensinado e apre-

endido; nós o conhecemos sob o fenômeno muito comum do alheamento, que se observa nas pessoas absorvidas por qualquer tipo de pensamento (ARENDT, 1995, p. 41-42).

E, para Arendt (1995), o pensamento pode e deve ser empregado na busca de conhecimento, “mas no exercício desta função, ele nunca é ele mesmo; ele é apenas servo de um empreendimento inteiramente diverso” (ARENDT, 1995, p. 48).

2 CONHECIMENTO, INFORMAÇÃO, DADO

Algumas referências a pensadores do passado nos poderiam ser úteis para progredirmos. Desde a antigüidade clássica se busca compreender o que é e como se adquire conhecimento, e desta forma nos chegaram proposições a refletir:

Conhecimento como lembrança de algo já em nós: a teoria da reminiscência de Platão.

Conhecer requer o órgão adequado para o objeto... (Plotino, século III DC); ou, dizendo de outra forma, nada pode ser conhecido sem a existência do instrumento apropriado na configuração do conhecedor.

Estas colocações da antiguidade permearam a filosofia medieval, afirmando-se então como o princípio do *adaequatio rei et intellectus*, ou seja, a adequação do *objeto ao intelecto que o reconhece*; o que significa que quanto mais elevado e sutil o objeto que se quer conhecer, mais elevado e sutil o órgão em nós que deve apreendê-lo.

Isto nos leva naturalmente a questionar algumas distinções importantes entre termos geralmente utilizados sem muito critério na atualidade, como dado, informação e conhecimento. Será que são a mesma coisa? Seriam sinônimos? Ou são termos completamente distintos um do outro? Há como separá-los?

Na estatística, descobrimos que é chamada de dado toda informação recolhida de uma maneira sistemática; ou seja, o dado, do

ponto de vista estatístico, aparece como informação. Assim, os dados constituem um objeto construído pelo observador a partir de um conjunto de considerações teóricas que definem o quadro de observação. Deste **ponto de vista**, dado e informação parecem um pouco indistintos.

Entendemos que, para a midiologia, o dado é, como a própria palavra indica, um atributo, **dado** de algum objeto (talvez **sendo dado** por nós mesmos). Por outro lado, informação refere-se a um dado, um atributo, que, articulando-se e combinando-se com outros dados já cristalizados em nós mesmos por nossa vivência, transformou-se em nós e **in-formou-nos**, ou **em-formou-nos**. Portanto, dados são **fatos** que fazem um certo sentido para nós, razão pela qual foram captados por nossa percepção; e informação é um dado com maior sentido e significado, agregado por nós mesmos dado. Elementos individuais de dados pouco significam por si mesmos; e só quando esses fatos são de alguma forma agrupados ou processados é que o significado começa a se tornar claro. Assim sendo, o que constitui informação para uma pessoa pode não passar de dados para outra. Uma informação por si só não tem significação, apenas se torna informação quando é **por e para** um receptor.

Não é preciso lembrar o que já é conhecido por todos os sociólogos e neurobiólogos: a informação não é um estímulo e não existe em si mesma. Nós a selecionamos entre mil sinais potenciais, escolhemos e filtramos os estímulos do meio ambiente em função das pertinências reconhecidas neles por nossas aptidões cognitivas e necessidades vitais, e os codificamos na própria origem (DEBRAY, 1995, p. 61-62).

De acordo com a midiologia, para conhecer temos que relacionar a idéia nova àquilo que já é conhecido. Conhecer é fazer conexões; assim, tomando o que Debray (1995) afirma em parágrafo anterior, encontramos informação, mas se não conectarmos essa informação com a rede de conhecimento que temos, ela será esquecida. Esse

conectar é notado porque causa uma mudança no sujeito, as coisas já não permanecem como antes. Assim, de forma diferente da metáfora cartesiana, o conhecimento não seria um edifício onde se acumulariam conhecimentos em andares, mas uma rede em constante mudança.

O que se pode perceber nitidamente nestas distinções é que o que enriquece um termo em relação ao outro, do ponto de vista da pessoa ou do grupo de pessoas, é a dimensão Ser. Para o dado se tornar informação é preciso **Ser objeto** adequado no conhecedor, Ser que também se transforma neste processo de conhecimento. Por essa razão preferimos a expressão **sendo-dado**, originária da Fenomenologia de Husserl, em lugar do simples termo **dado**.

Após esta necessária incursão por termos e noções que devem ser diferenciados diante das questões levantadas pela noção de conhecimento, propomos, continuamos esta travessia, uma caminhada pelas diferentes teorias sobre o que é conhecimento e como este se dá. Existe uma multiplicidade de teorias, que se apoiam em diferentes correntes (posicionamentos) filosóficas, fundadas em matizes diferentes, em tradições e escolas variadas, como vimos acima, todavia nos propomos percorrer apenas duas: a “Sociologia do Conhecimento”, com a leitura dos precursores desta disciplina, Weber; Mannheim e Merton (1967); Berger e Luckmann (1983) em “Fenomenologia do Conhecimento”, e com a leitura de alguns seguidores de Husserl (2000) que melhor interpretaram e facilitaram o acesso a seus escritos.

Antes, porém, de começarmos nossa exposição, convém sublinhar que este artigo não é “uma Sociologia do Conhecimento” ou “uma Fenomenologia do Conhecimento”. Um trabalho digno desses títulos teria que lidar com vastos materiais nem sequer tocados aqui. A presente exposição, como exercício de considerações sobre as teorias do conhecimento, tem um objetivo muito mais modesto. Em essência, o que procuramos fazer é compartilhar nossa compreensão até o presente sobre os clássicos enfoques dos autores já mencionados.

3 A SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO

A Sociologia é uma ciência que atenta para o entendimento interpretativo da ação social de maneira a chegar a uma explicação causal de seu curso e efeitos. Por **ação** entendemos todo comportamento humano. A **ação**, nesse sentido, pode ser exterior ou subjetiva. A Sociologia do Conhecimento³, geralmente concebida como o estudo das condições sociais do conhecimento e das crenças, tem seu fundamento teórico no trabalho de autores renomados como Marx (teoria da Ideologia), Weber e Durkheim (sociologia da religião), Simmel (a questão do valor), entre outros. Resumidamente, podemos distinguir, dentro da Sociologia do Conhecimento, uma tradição mais germânica, com Scheler, Mannheim e Sorokin, uma tradição mais antropológica, de orientação francesa, com Durkheim, Mauss, Lévi-Strauss e Mary Douglas, e uma tradição fenomenológica e etnometodológica, com Schütz, Berger e Luckmann (1983), Garfinkel e Cicourel (AUROUX, 1990).

A Sociologia do Conhecimento nos parece ter por objetivo, de um lado, identificar qual a ligação existente entre as condições sociais dentro da respectiva situação histórica e os sujeitos individuais e coletivos junto com os elementos culturais dessa coletividade mental, tais como religião, ciência, arte e literatura; e de outro lado, os estudos sobre a ciência, em particular a atividade científica institucionalizada das sociedades modernas. Portanto ela se desenvolve orientada para o entendimento da formação social do saber (do senso comum ou científico) desde sua origem, analisando as relações de influência recíproca entre as formas de conhecimentos e as estruturas sociais existentes, isto é, investigando o conhecimento do senso comum e o científico do mesmo modo que também deve formular hipóteses para explicar as origens sociais das ideologias políticas ou

³ O termo Sociologia do Conhecimento foi usado pela primeira vez por Max Scheler, discípulo de Husserl, e teve suas raízes nas obras dos autores citados acima e outras, como as obras de Nietzsche e Freud. Foi Karl Mannheim o responsável pela difusão da Sociologia do Conhecimento. Inclusive, segundo Berger e Luckmann, a compreensão que Mannheim tinha da Sociologia do Conhecimento era muito mais extensa que a de Scheler, e isto, segundo os autores, foi devido à maior presença do marxismo em seu trabalho (AUROUX, 1990).

as raízes das crenças religiosas.

Para uma melhor abordagem da definição do que é conhecimento e de como este se dá, segundo a Sociologia do Conhecimento, fizemos uma seleção entre os principais autores, expondo de maneira resumida o trabalho de Mannheim e Merton “Sociologia do Conhecimento” (1967); o trabalho de Berger e Luckmann (1983) “A Construção Social da Realidade”, bem como uma relação das contribuições que estes trabalhos trouxeram para a área da Sociologia do Conhecimento.

3.1 MANNHEIM E MERTON

Mannheim (1967) foi influenciado pelo marxismo (Marx e Lukacs), pelo neokantismo (Weber e Rickert) e pela Fenomenologia (Husserl e Scheler). Segundo ele, a Sociologia do Conhecimento é a ciência que estuda e determina o inconsciente coletivo como fator do pensamento; assim, todo pensamento é considerado por ele um influxo deformado da situação social: o social e o inconsciente nos tornam objetivados. Ele explica o conhecimento humano como resultante dos fatores sociais, partindo do princípio segundo o qual, se o conhecimento é um fenômeno estritamente social, há de ter “leis sociais” que o condicionem, ou seja, o conhecimento é um fenômeno sociocultural localizado em um meio histórico concreto.

Segundo Mannheim (1967), o indivíduo não pensa por si só, mas participa e compartilha do pensamento dos homens que o cercam. Este pensamento coletivo, por sua vez, é fruto de um contexto sociocultural, econômico e político de uma determinada época, e só seria possível determinar suas formas investigando-se as leis/regras que regem este contexto por meio do método indutivo das ciências.

Mannheim (1967) aceita como princípio geral a idéia de Marx de que o conhecimento não existe objetivamente por si só, mas é fruto de um processo interativo (dialético) pelo qual as pessoas entendem a realidade social ao criarem e descobrirem várias formas de relação social. Se refletirmos, por exemplo, sobre a relação social, como

entre mãe e filha, esposa e marido, patrão e empregado, professor e aluno, fica claro que o significado destas relações nasce de um processo interativo simbólico muito complexo, que apreendemos na medida em que crescemos dentro de determinada cultura. Esse processo interativo é controlado por estratégias sociais tão efetivas que produzem uma estrutura muito bem definida (por estruturas entendemos, por exemplo, família, casamento, funeral, sexismo, religião, racismo, classismo). Essas estruturas definem as pessoas com quem interagimos, os assuntos que conversamos, o tipo de linguagem que usamos nessas conversas, a maneira como nos vestimos, nossos gestos, etc.

Expomos acima um breve resumo do que estudamos em Mannheim e Merton (1967), mas em nossas leituras tivemos a impressão de que a Sociologia do Conhecimento ainda não tem muita precisão, isto é, não está bem delimitado seu método, nem seus limites, nem sua estrutura. Não ficou claro, pela leitura que fizemos, por exemplo: a) quais são as leis sociais que condicionam o conhecimento, se físicas, econômicas, fisiológicas, educacionais; b) se existe algum conhecimento absoluto, ou todo conhecimento é condicionável; c) quais as relações existentes entre as condições e o indivíduo condicionado. Ademais, não fica clara a definição do que é conhecimento, que parece ser um conceito muito amplo, significando toda e qualquer produção mental, incluindo idéias, filosofias, crenças morais e religiosas, juízos axiológicos, concepções artísticas, história, ciência, tecnologia - enfim, todo produto mental exteriorizado parece ser de algum modo conhecimento. Também não ficou claro qual seria a definição do que é a sociedade e do que é cultura. Outra dúvida que permaneceu é se o homem pensa ou só participa desse pensamento coletivo.

3.2 BERGER E LUCKMANN

Berger e Luckmann (1983) estão interessados na análise sociológica do conhecimento que dirige a conduta na vida cotidiana. Para

investigar a maneira pela qual a realidade é construída eles utilizam a abordagem fenomenológica e se apoiam, principalmente, em Alfred Shüetz (BARBER, 2004), cujo trabalho é justamente uma tentativa de juntar a Fenomenologia de Husserl (BARBER, 2004) e a Sociologia do Conhecimento. Não obstante, é importante lembrar que, mesmo baseando-se fortemente na filosofia, os questionamentos feitos durante suas investigações sociológicas logicamente têm um escopo diferente daquela. Para eles, enquanto o filósofo, por exemplo, indaga se o homem é livre, o sociólogo pergunta por que a noção de **liberdade** chegou a ser suposta como certa em uma sociedade, ou seja, como essa noção foi construída socialmente e se tornou realidade, pois a Sociologia do Conhecimento deve ocupar-se em compreender como os processos pelos quais qualquer corpo de conhecimento, não teórico, mas gerado na vida cotidiana, chega a ser socialmente estabelecido como realidade.

E o que seria a vida cotidiana? A vida cotidiana, uma **estrutura estruturada e estruturante**⁴ (BOURDIEU, 1994, p. 171), é considerada a realidade por excelência; aparece já objetivada antes de nossa chegada ao mundo e não conseguimos nos dar conta de que essa realidade que nos cerca é construída socialmente. Isto porque o indivíduo, quando nasce, já encontra um mundo social formado, ou seja, um ambiente de relações sociais, com papéis pré-fixados, sistemas codificados de significado, tipificações do agir com modelos de comportamento, valores e regras.

O indivíduo apreenderia estas tipificações, acumulando um cabedal de conhecimentos sobre os papéis existentes dentro de sua sociedade, sobre os costumes, normas, etc.; ou seja, o conhecimento seria socialmente distribuído, pois a relação social durável supõe regularidades, com usos e costumes fixos. O uso, inclusive, consistiria na oportunidade de uma regularidade persistir num grupo pelo fato de a seguirem na prática. Um determinado uso se tornaria costume quando a regularidade tomasse o caráter de uma rotina ou de uma familiarização. A característica essencial destas duas regularidades

⁴ Termo retirado da obra de Bourdieu utilizado para definir o *habitus*.

residiria no fato de não serem elas obrigatórias, de não serem elas constrangedoras, limitadoras; ou seja, os indivíduos as absorveriam e observariam livremente, ou por comodismo ou por verem nelas algum interesse. Por exemplo, é costume tomarmos café da manhã, no entanto, não existe nenhuma obrigação de fazermos tal refeição, nem de a prepararmos de determinada maneira.

É preciso sempre lembrar que este princípio de reificação, como colocado acima, nunca é completo, porque tudo aquilo que é objetivado pelo homem permanece subordinado ao homem por meio de uma rede de pertencimento e simbologia que estabelece um conjunto de relações entre os participantes da rede e os objetos que se interpõem nessa relação. No momento em que os **valores** institucionalizados numa dada rede se modificam, o mesmo ocorre com a realidade. É o homem no mundo que edifica a realidade de sua vida cotidiana. Cumpre lembrar, é claro, que a autoprodução do homem é, sempre e necessariamente, um empreendimento social. A relação entre o homem, produtor, e o mundo social, produto dele, é uma relação dialética, em que ambos atuam reciprocamente, um sobre o outro. A **realidade da vida cotidiana** de um indivíduo é organizada em torno do **aqui** de seu corpo e do **agora** do seu presente, e é a partir desse ser e estar na vida cotidiana que ele adquire conhecimento.

3.3 FENOMENOLOGIA

A Enciclopédia Universal Filosófica, organizada por Sylvain Auroux (1990), inicia sua explicação sobre este termo dizendo que a Fenomenologia significa literalmente ciência dos fenômenos, e que este termo aparece em J.H. Lambert (1764, *Le nouvel Organon*) com o sentido de doutrina da aparência; reencontramo-lo em Kant (1786, *Premiers principes métaphysiques de la science de la nature*, 4ª partie), em Hegel (1807, *La phénoménologie de l'Esprit*), em Hartmann (1869, *Phénoménologie de la conscience morale*), depois em Hursel. O uso geral do termo designaria a idéia de uma descrição do real tal como ele aparece à consciência.

Feitas estas considerações, antes de começarmos a expor a visão do que seja conhecimento para a Fenomenologia é preciso deixar claro que, dentre todas as Fenomenologias – de Lambert, Kant, Hegel, e Hartmann (Auroux, 1990) – estudamos a Fenomenologia de Husserl (2000). Foi em Husserl que buscamos nossas bases de entendimento do que é conhecimento. Aliás, a história da Fenomenologia moderna começa com a obra de Edmund Husserl (1859 – 1939). Ele se contrapõe à ideia do psicologismo da sua época, que reduzia cada percepção do ser humano a figuras psicologicamente predeterminadas, e constrói o conceito de **intencionalidade** na percepção, definindo os objetos percebidos como correlatos dos *status* mentais. Desta forma, ele supera a distinção sujeito – objeto, percebido – percepção, e a existência de qualquer fenômeno é explicada por meio da atividade humana da percepção. A Fenomenologia aparece como uma filosofia da intuição que não tem outro interesse senão explicitar o sentido que o mundo objetivo das realidades tem para nós na experiência.

Nossa leitura de base se resumiu principalmente às obras de muitos autores que explicam os princípios da Fenomenologia de Husserl. Não nos sentimos ainda capazes de entender Husserl em seus próprios escritos. Paraphraseando São Paulo, ainda não temos dentes para mastigar Husserl e precisamos nos alimentar das **papinhas** que seus intérpretes nos oferecem. Mesmo assim nos sentimos cada vez mais seguros da qualidade do **alimento** intelectual que a Fenomenologia de Husserl nos proporciona e da pertinência de sua abordagem para nossa investigação.

O esclarecimento da natureza do conhecimento (*Erkenntnis*) é o principal objetivo de Husserl (2000). Seus primeiros trabalhos foram consagrados à análise do conhecimento matemático, mas logo ele observou que as principais questões desta área tinham a ver com o conhecimento em geral. Seu trabalho intitulado **Investigações lógicas**⁵ (1900-1901) se tornou uma análise da natureza e das condições

⁵ Da “Sexta investigação”, editada pela Nova Cultura, consta que a primeira edição de “Investigações Lógicas” foi publicada em dois volumes: o primeiro, publicado em 1900, continha os “Prolegômenos para a lógica pura”, e o segundo, de 1901, as seis Investigações. A segunda

de possibilidade do conhecimento. O volume 2, "Investigações na Fenomenologia e a Teoria do Conhecimento", culmina com a "Sexta investigação – elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento", que é uma elaborada demonstração do que é conhecimento. As palavras que abrem a introdução demonstram que as investigações sobre conhecimento foram desde o início elucidadas: “A Investigação anterior, que em princípio parecia perder-se em longínquas questões de psicologia descritiva, não deixou de favorecer consideravelmente os nossos interesses pela elucidação do conhecimento” (HUSSERL, 2000, p. 5).

Quando Husserl (2000) investiga conhecimento, ele se pergunta mais especificamente do que o conhecimento é feito e como é encontrado. Aliás, ele se pergunta como o conhecimento é **preenchido**, pois, para ele, falar de conhecimento do objeto é falar sobre o preenchimento do significado de uma intenção sobre um objeto. Foi a partir do momento em que Husserl (2000) empregou o termo intencionalidade que ele conseguiu romper com a ideia de um sujeito separado do mundo e tornou possível esta nova concepção do que é conhecimento, pois este passou a ser visto como uma direção-para e uma abertura-ao-mundo, e ele se dá com o preenchimento de uma intenção, que então se transforma em intuição.

Isso quer dizer que o conhecimento não é uma morada de imagens cognitivas na interioridade do sujeito, mas uma presença imediata do sujeito como uma espécie de **luz** numa realidade presente. O conhecimento é um modo-de-ser-do-homem, é uma maneira de existir, uma maneira de ser-envolvido-no-mundo. O conhecimento é um diálogo entre mim e a essência da coisa que conheço, isto é, por meio do conhecimento, certa

edição dispõe a obra em três volumes. O primeiro volume corresponde ao da primeira edição, mas o segundo volume foi reeditado de maneira diferente, contendo apenas as cinco primeiras investigações. Esses dois volumes são os que surgem em 1913. A Sexta Investigação, que era a segunda parte do segundo volume da primeira edição, surgirá somente em 1921, como um terceiro volume da segunda edição das “Investigações Lógicas”. Foi esta obra, traduzida por Zeljko Loparic e Andréa M. Altino de Campo Loparic, que usei como base para esta parte do artigo.

coisa do mundo adquire um significado inteligível para mim. Isto me permite diferenciar o significado de uma cadeira do significado de um charuto, por exemplo. Como ser-envolvido-no-mundo, através de minhas experiências, do fluxo do vivido, construo meu mundo em minha consciência, que é justamente o lugar onde mundo e sujeito se unem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partimos de uma reflexão sobre a noção de conhecimento na rede de outras noções correlatas, como saber, compreender, pensar, dado e informação, expondo alguns pontos de vista, mas sem a intenção de fechar conceituações - pelo contrário, procuramos, inclusive, abrir questionamentos.

Passamos então, em retrospectiva rápida, os formalismos filosóficos sobre conhecimento. Colocando resumidamente como as principais correntes filosóficas caracterizam a relação sujeito e objeto no ato de conhecimento, percorremos: 1. a questão da possibilidade do conhecimento, apontando as ideias do dogmatismo, do cepticismo, do subjetivismo, do relativismo, do pragmatismo e do criticismo; 2. a questão da origem do conhecimento, com o racionalismo, o empirismo, o intelectualismo e o apriorismo; 3. a questão da essência do conhecimento, inicialmente excluindo a perspectiva ontológica e depois por meio de uma perspectiva ontológica; 4. as formas do conhecimento; e, finalmente, 5. o critério do conhecimento.

Chegamos finalmente à exposição das duas aproximações que temos estudado como efetivamente competentes para a abordagem de nossa questão: a Sociologia do Conhecimento, que visa identificar qual a ligação existente entre as condições sociais dentro da respectiva situação histórica, e os sujeitos individuais e coletivos junto com os elementos culturais dessa coletividade mental, tais como religião, ciência, arte e literatura. A Fenomenologia de Hus-

serl (2000), que, mediante uma nova aproximação acerca de como ocorre conhecimento, segundo Chauí (1986), conseguiu superar o problema da teoria do conhecimento enfrentado pelo psicologismo, o problema de como um sujeito cognoscente fechado em si mesmo alcança um objeto que também está fechado em si mesmo, separado dele, exterior a ele, e cuja existência é heterogênea à sua. A partir do momento em que Husserl (2000) empregou o termo intencionalidade (intenção), ele conseguiu romper com esta idéia de um sujeito separado do objeto e tornou possível esta nova concepção do que é conhecimento, pois este passou a ser visto como uma direção-para e uma abertura-ao-mundo. Segundo Chauí (1986), a intuição é o princípio de todos os princípios, a fonte originária de todo o conhecimento humano.

REFERÊNCIAS

ALEJANDRO, J. M. **Gnoseología**. Madrid: La Editorial Católica, 1969.

ARENDT, H. **A vida do espírito**. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará, 1995.

AUROUX, S. **Les notions philosophiques**. Paris: Puf, 1990.

BARBER, M. **The Participating Citizen: A Biography of Alfred Schütz**. New York: State University of New York Press, 2004.

BERGER, P; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

BERGER, P. **Perspectivas sociológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

BOURDIEU, P. **Raisons pratiques**. Paris: Seuil, 1994.

CHAUI, M. **O que é ideologia**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1986.

DASTUR, F. Husserl. In: FOLSCHEID, Dominique (Org.). **La Philosophie allemande**. Paris: PUF, 1993.

DEBRAY, R. **Manifestos midiológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

FOULCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 1995.

HUSSERL, Ed. **L'idée de la phénoménologie**. Paris: Puf, 1970-1993.

HUSSERL, E. **Sexta investigação**. São Paulo, SP: Editora Nova Cultural, 2000.

MANNHEIM, K.; MERTON, R. K. **Sociologia do conhecimento**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1967.

SCHUMACHER, E. F. **A guide for the perplexed**. New York: Perennial, 1977.

WEINBERG, G. M. **An introduction to general systems thinking**. New York: John Wiley & Sons, 1975.

Recebido em: 24 setembro 2008

Aceito em: 19 dezembro 2008